

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 3 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/4/2018

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 49/2018 – Projeto de Resolução nº 52/2018 – Projetos de Lei nºs 5.094 e 5.111 a 5.115/2018 – Requerimentos nºs 10.660 a 10.669, 10.671 a 10.675 e 10.677 a 10.688/2018 – Requerimento Ordinário nº 3.079/2017 – Proposições não Recebidas: Requerimento nº 10.670/2018 – Oradores Inscritos – Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bosco – Bráulio Braz – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Inácio Franco) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49/2018

– A Proposta de Emenda à Constituição nº 49/2018 foi publicada na edição anterior.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/2018

Susta os efeitos do Decreto nº 47.368, de 06 de fevereiro de 2018.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 47.368, de 6 de fevereiro de 2018.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2018.

Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 139, inciso III, diz que incumbe, privativamente, à Polícia Civil, órgão permanente do Poder Público, as atividades pertinentes a registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor.

Em atendimento ao dispositivo constitucional, a Lei Complementar nº 129/2013, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, além de atribuir ao DETRAN-MG, órgão executivo de trânsito do Estado, as atividades e serviços relativos ao registro e ao licenciamento de veículo automotor, diz que cabe ao Policial Civil exercer as funções pertinentes à mencionada competência.

Todavia, a despeito de citadas normas, o Decreto nº 47.368/2018 dispõe “sobre o credenciamento e a contratação de Empresas Credenciadas para Vistoria de Veículos (ECV’s), Empresas Operadoras de Tecnologia da Informação (ETI) e Empresa de Controle de Qualidade Especializada (ECQ), todas para operação de vistorias de identificação veicular no Estado”. Ou seja, a *contrario legis*, o ato do Governador do Estado visa privatizar atividade-fim da Polícia Civil de Minas Gerais, esvaziando sua competência constitucional.

Ademais, o Decreto publicado no dia 6 de fevereiro de 2018 afronta decisão judicial proferida nos autos do processo nº 76680-58.2010.4.01.3800 pelo Juiz Titular da 19ª Vara Federal, Dr. Guilherme Mendonça Doehler, que determinou a suspensão, enquanto durar o trâmite da demanda, da realização de vistorias em veículos automotores, como requisito para registro e licenciamento de veículos automotores, por empresas privadas, ficando tal atribuição a cargo exclusivamente do DETRAN/MG ou

outro órgão estatal para este fim instituído, em razão da inconstitucionalidade material da Resolução nº 282/08 do CONTRAN e Portarias 131/2008 e 431/2010 do DENATRAN.

Destaca-se, ainda, que o Decreto nº 47.368/2018 diz respeito a atividade altamente rentável e de impacto direto na vida do cidadão mineiro, o que requer bastante cautela do Governador do Estado e deste Poder.

Dessa forma, conto com o apoio dos pares na aprovação da presente proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.094/2018

Institui o Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde, a ser comemorado no dia 31 de maio.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 2018.

Deputado Carlos Pimenta (PDT)

Justificação: O agente comunitário de saúde é um dos profissionais de maior importância para a população, uma vez que busca promover a saúde e prevenir qualquer tipo de doença. Essencial para a saúde básica, o agente comunitário é o parceiro de todas as horas e momentos de uma comunidade, pois além de levar informações, lida com as principais emoções de um povo sofrido e carente. Mensageiro de sua comunidade, o agente vive pela *comunidade*, com a *comunidade* e para a *comunidade*. Ser agente comunitário é antes de tudo ser a ponte entre a população e os profissionais de saúde. É identificar-se em todos os sentidos com a sua própria comunidade principalmente na cultura, na linguagem e nos costumes. Diante do exposto, peço, pois, aos nobres pares a aprovação deste projeto, tamanha a sua importância para a comunidade carente do nosso estado.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Fred Costa. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 160/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.111/2018

Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais Itajubá Pelos Pets, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais Itajubá Pelos Pets, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2018.

Deputado Inácio Franco (PV), 3º-Vice-Presidente.

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade dar assistência veterinária a animais abandonados, doentes, feridos, encaminhando-os depois de tratados para doação e defender o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado.

Insta pontuar que a Associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.112/2018

Declara de utilidade pública a Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Pouso Alegre – ACPA –, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Pouso Alegre – ACPA –, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2018.

Deputado Inácio Franco (PV), 3º-Vice-Presidente.

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade defender os meios de comunicação em geral e executar serviço de radiodifusão comunitária que tenha como fim desenvolver atividades socioculturais da coletividade e promover a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção alguma quanto à religião, cor, sexo, condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que a Associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.113/2018

Declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços de João Monlevade – Acimon –, com sede no Município de João Monlevade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços de João Monlevade – Acimon –, com sede no Município de João Monlevade.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2018.

Deputado Nozinho (PDT)

Justificação: A presente proposição de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços de João Monlevade – Acimon –, com sede no município de João Monlevade. A Acimon é uma sociedade civil com prazo de duração indeterminado, sem fins lucrativos e possui como finalidades sustentar e defender os direitos, interesses e reivindicações de seus associados; buscar o desenvolvimento e prosperidade do comércio, da indústria e da prestação de serviços do seu município, interferir nos debates de problemas técnicos, sociais e econômicos de âmbito municipal de interesse dos associados, enfim, propugnar pelo fortalecimento da livre empresa, lutar pelos interesses de seus associados e buscar melhorias para o município.

Diante da sua relevância, peço o apoio dos nobres parlamentares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Desenvolvimento Econômico, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.114/2018

Reconhece como de relevante interesse cultural e como patrimônio imaterial do Estado, o Carnaval a Cavalo do Município de Bonfim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural e como patrimônio imaterial do Estado o Carnaval a Cavalo do Município de Bonfim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2018.

Deputada Ione Pinheiro (DEM)

Justificação: O Carnaval a Cavalo é a maior festa da cidade, para orgulho e satisfação dos bonfinenses. São três dias, onde cavaleiros e amazonas desfilam na Praça da Matriz, vestidos em fantasias de veludo bordadas à mão, que assemelham-se a roupas de príncipes, montados em belos cavalos, e colocam sua bandeira em plena praça. Com confetes e serpentinas, “disputam” a atenção das pessoas e tentam conquistá-las e levá-las a participar com eles do Carnaval.

No fim do terceiro dia, há a “batalha de confetes e serpentinas”, onde os cavaleiros desmontam, tiram seus dominós (máscaras que lhes encobrem o rosto em todos os dias) e brincam com o povo; essa brincadeira simboliza a conquista definitiva das pessoas. Após essa batalha, os cavaleiros montam novamente, recolhem sua bandeira e com lenços brancos, despedem-se do povo.

Tradicionalmente festejado há 175 anos (1840), o Carnaval a Cavalo de Bonfim foi introduzido na cidade por Pe. Chiquinho, que tencionava transformar a guerra entre mouros e cristãos em uma festa de cunho religioso. Cavalos e cavaleiros se enfeitam para o tradicional desfile, que remete às batalhas da Idade Média, mas ao invés de espadas, confetes e serpentinas ganham o ar.

A cada ano que passa, o Carnaval a Cavalo vem se destacando em reportagens televisivas e em renomados jornais; disputando espaço com Rio, Salvador, Recife, Olinda e muitos outros carnavais famosos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.115/2018

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio à Agricultura Familiar de Porteirinha, com sede no Município de Porteirinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio à Agricultura Familiar de Porteirinha, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2018.

Deputado Cristiano Silveira (PT)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.660/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para que seja instaurado, de imediato, o devido procedimento investigatório com o objetivo de identificar a autoria dos danos provocados, em 6/4/2018, às instalações do Ministério Público localizadas na Rua Dias Adorno, no Bairro Santo Agostinho, nesta capital.

Nº 10.661/2018, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para liberação de recursos para intervenção e realização de obras no Conselho Estadual de Educação, que se encontra em estado de calamidade. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.662/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para que seja instaurado, de imediato, o devido inquérito policial com o objetivo de identificar a autoria do fato ocorrido em 6/4/2018, quando manifestantes jogaram tinta vermelha na fachada de edifício em Belo Horizonte onde a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, possui um apartamento.

Nº 10.663/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja instaurado, de imediato, o devido inquérito policial com o objetivo de identificar a autoria do fato ocorrido em 6/4/2018, quando manifestantes jogaram tinta vermelha na fachada de edifício localizado na Rua Dias Adorno, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte.

Nº 10.664/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a instalação do Parque Tecnológico Aberto no Vale da Eletrônica, no Município de Santa Rita do Sapucaí.

Nº 10.665/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre as providências legais que ele, na qualidade de comandante-geral, tomou em relação ao débito da ordem de R\$3.000.000.000,00 do Tesouro do Estado com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, considerando-se a gravíssima situação dos mais de 225 mil segurados do instituto, cujas famílias enfrentam dificuldades para ter acesso aos serviços médicos e odontológicos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.666/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre as providências legais que ele, na qualidade de comandante-geral e presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, conforme o disposto na Lei nº 10.366, de 1990, tomou em relação ao débito da ordem de R\$3.000.000.000,00 do Tesouro do Estado com o IPSM, considerando-se a gravíssima situação dos mais de 225 mil segurados do instituto, cujas famílias enfrentam dificuldades para ter acesso aos serviços médicos e odontológicos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.667/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM – pedido de informações sobre quais foram as providências legais que ele tomou em relação ao débito da ordem de R\$3.000.000.000,00 do Tesouro do Estado com o IPSM, considerando-se a gravíssima situação dos mais de 225 mil segurados do instituto, cujas famílias enfrentam dificuldades para ter acesso aos serviços médicos e odontológicos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.668/2018, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para liberação de recursos para intervenção e realização de obras no Conselho Estadual de Educação, que se encontra em estado de calamidade. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.669/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para pagamento imediato do débito de cerca de R\$3.000.000.000,00, decorrente da falta de repasse, pelo Estado, das contribuições patronais e dos segurados ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, conforme planilha apresentada pelo Cel. PM Vinícius Rodrigues de Oliveira Santos, diretor do referido instituto.

Nº 10.671/2018, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe de enfermagem da Unidade de Oncologia do Hospital Nossa Senhora das Graças, do Município de Sete Lagoas, pelos relevantes serviços prestados aos pacientes. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 10.672/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja destinada nova viatura, de grande porte e com compartimento de segurança, ao Município de Conquista.

Nº 10.673/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Câmara Municipal de Caeté pedido de providências para que sejam adotadas, de imediato, as medidas necessárias à proteção da vida e da integridade física do vereador Jair Alex Genésio Magalhães e de sua família.

Nº 10.674/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Cb. PM Sílvio Nunes Vieira, nº 154.730-6, seja transferido da 3ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, com sede em Lagoa Santa, para a cidade de Montes Claros, onde sua família reside.

Nº 10.675/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Cb. PM Wellington Souza Dantas, nº 153.917-0, seja transferido do 36º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Vespasiano, para a cidade de Montes Claros, onde sua família reside.

Nº 10.677/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Cb. PM Gilberto Ferreira da Silva, nº 154.241-4, seja transferido do 36º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Vespasiano, para a cidade de Januária, onde sua família reside.

Nº 10.678/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Baependi pelo 162º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.679/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Carvalhópolis pelo 106º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.680/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 51º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/4/2018, em Jaíba, que resultou na apreensão de armas de fogo, simulacro de arma de fogo, armas brancas, pólvora, espoleta, chumbo e peças para fabricação de armas de fogo e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.681/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 13ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/4/2018, em São Francisco, que resultou na apreensão de cerca de 20kg de maconha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.682/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 63º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/4/2018, em Pimenta, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição e objetos diversos e na detenção de oito pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.683/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar e no 48º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/4/2018, em Ibitaré, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.684/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 19º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/4/2018, em Poté, que resultou na apreensão de drogas, aparelhos celulares e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.685/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/4/2018, em Montes Claros, que resultou na apreensão de drogas e arma de fogo e na detenção de três pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.686/2018, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Daniel de Faria Dias, atleta paralímpico brasileiro e recordista mundial. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 10.687/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – de Juiz de Fora pedido de providências para adotar as medidas necessárias à melhoria nos atendimentos das Unidades de Atendimento Primário à Saúde que menciona. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 10.688/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/4/2018, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de armas de fogo, um pássaro da fauna silvestre e um veículo furtado e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.079/2017

Do deputado Nozinho e outros em que requerem a convocação de reunião especial para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Antonio Daher Padovezi.

Proposições não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 10.670/2018

Da Comissão de Desenvolvimento Econômico em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Vasco Rodrigues Caldas.

Oradores Inscritos

O presidente – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Noraldino Júnior.

Questões de Ordem

O deputado Celinho do Sinttrocel – Sr. Presidente, questão de ordem. Gostaria de pedir o encerramento, de plano, da reunião por falta de quórum.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, pela ordem, solicito recomposição de quórum.

O presidente – Faremos a chamada dos deputados.

O deputado Gustavo Corrêa – Sr. Presidente, com todo o respeito... Pela ordem, por favor.

O presidente – É regimental. Faremos a chamada.

O deputado Gustavo Corrêa – Tudo bem, mas quero deixar claro a V. Exa. que isso beira o ridículo por parte da Casa, que não deveria, então, abrir os trabalhos. Lamento.

O presidente – A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Rogério Correia) – (– Faz a chamada.)

O deputado Sargento Rodrigues – Isso é molecagem do 1º-secretário. Irresponsável!

O deputado Rogério Correia – Moleque é você! Olha o decoro. Estou fazendo a chamada e estou aqui quieto. Não há molecagem nenhuma aqui.

O presidente – Com a palavra, o deputado Rogério Correia, para prosseguir com a chamada dos deputados.

O deputado Sargento Rodrigues – Molecagem. 1º-secretário e moleque.

O secretário – Moleque é V. Exa., Sargento moleque Rodrigues. Silêncio, pois a Mesa vai fazer a chamada.

O deputado Sargento Rodrigues – Moleque.

O secretário – Moleque Rodrigues, fique quieto. Moleque Rodrigues, fique quieto, pois vou fazer a chamada.

O deputado Sargento Rodrigues – Moleque é você, rapaz!

O secretário – (– Prossegue a chamada.)

O deputado Gustavo Corrêa – Secretário, peço a V. Exa. que faça a chamada com um pouco mais de calma, pois não estamos nem conseguindo ouvir os nomes que estão sendo chamados. O deputado Antônio Jorge, por exemplo, está presente, e acho que V. Exa. o saltou.

O secretário – Pois não, deputado Gustavo Corrêa. (– Prossegue a chamada.)

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, solicito a V. Exa. que verifique as comissões.

O presidente – Não há nenhum deputado em comissão, pelas informações que foram repassadas à presidência. A presidência gostaria de explicar ao deputado Sargento Rodrigues que a questão de ordem é regimental. Quando a presidência passou a palavra ao primeiro orador inscrito, e ele não estava presente, foi apresentada uma questão de ordem, que a presidência ouviu. Isso é regimental. Como não havia quórum, a presidência poderia ter encerrado a reunião na hora, e foi feita a chamada dos deputados.

Responderam à chamada 19 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

O deputado Sargento Rodrigues – Já chegaram mais deputados em Plenário.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/4/2018

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e o deputado João Vítor Xavier. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões, de Andreia Costa tecendo considerações sobre as condições precárias de funcionamento da Escola Estadual Alzira Albuquerque Mosqueira, localizada no Bairro Salgado Filho; de Marcelo Nazareno de Souza solicitando a esta comissão seja verificada a situação da falta de merenda na escola Juscelino Kubitschek de Oliveira; de Guilherme Augusto do Nascimento e Silva solicitando que o atraso constante no repasse de verbas para a Fapemig, destinado ao pagamento dos pesquisadores-bolsistas, seja colocado em pauta nesta comissão; e de Natan Barbosa Rodrigues solicitando apoio desta comissão para a regularização do pagamento aos bolsistas da Fapemig que estão recebendo com atrasos. Em seguida, o presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.831/2017, para o qual designou como relator o deputado João Victor Xavier. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.400, 10.409, 10.418 e 10.445/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.524/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os cursos a serem implantados através do programa Brasil Profissionalizado, nos Municípios de Bocaiuva, Brasília de Minas, Grão-Mogol, Espinosa, Janaúba, Joáima, Monte Azul, Taiobeiras, Lagoa Santa, Ibrité, Pompéu e Manga;

nº 11.540/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atraso do pagamento de bolsas da Fapemig para discentes do ensino superior e as dificuldades para a assistência estudantil em tempos de crise;

nº 11.567/2018, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Sarzedo pedido de informações sobre a previsão de conclusão da posse dos servidores da área de educação aprovados no último concurso;

nº 11.621/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam analisadas as solicitações dos diretores apostilados e aposentados, em especial as relativas à possibilidade de reavaliação das disposições constantes das Orientações de Serviço SG nºs 2/2015 e 1/2016 quanto à composição remuneratória de citada categoria; à viabilidade de aqueles que proveram dois cargos ou que exerceram outra função no quadro de magistério optarem pela dobra do cargo mais 50%; e à uniformização da data de recebimento do benefício;

nº 11.628/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atraso no pagamento das bolsas da Fapemig, para a qual seja convidado o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

nº 11.629/2018, do deputado Sávio Souza Cruz, em que requer seja formulado votos de congratulações com o Sr. Antônio Vicente de Souza, prefeito de Gouveia, pela criação e instalação da Escola Municipal Zaide de Oliveira Pereira;

nº 11.630/2018, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada reunião para que o Sr. Odair Cunha, secretário de Estado de Governo, preste, nos termos do art. 100, VII, do Regimento Interno, esclarecimentos sobre supostas declarações feitas com relação aos professores estaduais, conforme vídeo de ampla circulação na internet e redes sociais;

nº 11.631/2018, do deputado Ivair Nogueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a expansão de cursos de graduação superior na área de saúde na modalidade a distância.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2018.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – Ricardo Faria – Gustavo Valadares.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/4/2018

Às 14h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Tiago Ulisses, André Quintão, Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Corrêa, Bosco e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir informações e esclarecimentos do Sr. Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig –, sobre o Projeto de Lei nº 4.996, de 2018, que visa a alterar a Lei nº 22.828, de 3/1/2018, a fim de autorizar a referida empresa a realizar operações de cisão, total ou parcial, fusão e incorporação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte, procuradora do Ministério Público de Contas; e os Srs. Cláudio Couto Terrão, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. A presidência concede a palavra aos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência recebe em reunião o inteiro teor da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Codemig em 31/1/2018 e registrada na Junta Comercial do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2018.

João Magalhães, presidente – André Quintão – Tadeu Martins Leite – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/4/2018

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as propostas dos governos federal e estadual para viabilizar as obras de construção das alças norte e sul do Rodoanel. A seguir, comunica o recebimento de mensagem do Sr. Celso Provenzano, cidadão de Uberaba, encaminhada por meio do Fale com as Comissões, em 17/10/2017, pedindo apoio ao projeto de iniciativa popular Estrada Real de Anhanguera, que deseja resgatar a antiga estrada de Anhanguera e, em parceria com o Instituto Estrada Real, transformá-la na

segunda rota com a logomarca “Estrada Real”. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.064/2017, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Ivair Nogueira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.609/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os Decretos nºs 47.393 e 47.394, ambos de 26 de março de 2018, que normatizam a concessão de estímulos ao investimento em Minas Gerais por meio dos Regimes Especiais de Tributação e dos Protocolos de Intenções;

nº 11.617/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para a instalação do Parque Tecnológico Aberto no Vale da Eletrônica, no Município de Santa Rita do Sapucaí;

nº 11.618/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a instalação do Parque Tecnológico Aberto no Vale da Eletrônica, no Município de Santa Rita do Sapucaí;

nº 11.626/2018, do deputado Braulio Braz, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Vasco Rodrigues Caldas, um dos maiores líderes da população de Eugenópolis;

nº 11.666/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater com as câmaras municipais a situação fiscal dos municípios em face das flagrantes retenções, por parte do governo do Estado, dos recursos para o transporte escolar, das parcelas inerentes ao ICMS, dos repasses do Fundeb e dos recursos da saúde;

nº 11.685/2018, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública para debater os juros abusivos e os seus efeitos sobre o setor produtivo e a vida do cidadão;

nº 11.686/2018, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública para tratar da regulamentação dos jogos de apostas em dinheiro, administrados pela iniciativa privada, por ocasião do lançamento do livro *Teoria das probabilidades no jogo, na ciência e nas políticas públicas*, do autor Luiz Carlos Prestes Filho.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a realização de audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Samira Marx Pinheiro, diretora de Concessões da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas representando o secretário; e os Srs. Carlos Alberto Abramides, coordenador-geral de Planejamento e Programação de Investimentos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit, representando o diretor-geral; Fabiano Martins Cunha, superintendente regional do Dnit no Estado de Minas Gerais; José Aparecido Ribeiro, presidente das organizações não governamentais SOS Mobilidade Urbana e SOS Rodovias Federais de MG; Luiz Otávio Silva Portela, vice-presidente técnico-cultural representando o presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME; Ulisses Martins Cruz, diretor-presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de Minas Gerais – Setcemg –, representando o presidente; Fernando Sette, diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais Ipem-MG; e Adalcir Ribeiro Lopes, vice-presidente extraordinário para o Transporte de Cargas Especiais da NTC e Logística. A presidência concede a palavra ao deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2018.

Roberto Andrade, presidente – Carlos Pimenta – Paulo Guedes.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/4/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Rita de Cássia Alves Rezende Del Bianco, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Eneas Castilho Chiarini Junior, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 20/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 45/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/5/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de cabo flexível.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

(Constituição Estadual, art. 73 § 3º, incluído pela EC nº 61 de 23/12/2003)

Unidade Orçamentária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

1º Trimestre de 2018

(Em reais)

CARGO/FUNÇÃO	JANEIRO	QTDE	FEVEREIRO	QTDE	MARÇO	QTDE	TOTAL TRIMESTRE	QTDE MÉDIA
Membros do Poder	1.986.623,92	79	1.963.647,08	77	1.949.813,25	77	5.900.084,25	78
Efetivos	20.730.853,30	985	20.200.748,21	984	19.932.409,12	982	60.864.010,63	984
Cargo de Recrutamento Amplo	20.860.012,70	2.632	21.160.268,42	2.593	21.279.828,92	2.609	63.300.110,04	2.611
Inativos	26.143.546,59	1.208	26.150.457,17	1.210	26.230.916,95	1.212	78.524.920,71	1.210
Pensionistas	178.174,04	13	178.174,04	13	178.174,04	13	534.522,12	13
Policiais Cívicos e Militares	47.717,65	14	50.522,74	14	48.356,19	14	146.596,58	14
SUBTOTAL	69.946.928,20	4.931	69.703.817,66	4.891	69.619.498,47	4.907	209.270.244,33	4.910
Patronal	8.794.387,30		8.831.128,21		8.824.530,74		26.450.046,25	
TOTAL	78.741.315,50		78.534.945,87		78.444.029,21		235.720.290,58	

NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica **3.1.90.92(01)**

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes, presidente – Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral – Theophilo Moreira Pinto Neto, diretor de Recursos Humanos – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças.

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

(Em reais)

AGÊNCIA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TRIMESTRE
Consórcio AZ3 & Fazenda Comunicação	27.079,00	250.062,78	426.753,80	703.895,58
TOTAIS	27.079,00	250.062,78	426.753,80	703.895

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

AGÊNCIA	EMPENHADO NO TRIMESTRE	LIQUIDADO NO TRIMESTRE	PAGO NO TRIMESTRE
Consórcio AZ3 & Fazenda Comunicação	703.895,58	703.895,58	8.816.340,94
TOTAL GERAL NO 1º TRIMESTRE/2018	703.895,58	703.895,58	8.816.340,94

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes, presidente – Deputado Rogério Correia de Moura Baptista, 1º-secretário.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/4/2018, na pág. 21, onde se lê:

“Credinéia Maria dos Santos”, leia-se:

“Credinéia Maria dos Santos Silva”.